

**AO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE – MINAS GERAIS
À ILUSTRE PREGOEIRA E À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOÃO
MONLEVADE – MINAS GERAIS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

A **COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.684.180/0001-91, com sede à Rua Água Santa, nº. 450, Subsolo, Sala 01, Bairro Centro, na cidade de Itabira/MG, CEP: 35.900-009, vem, respeitosamente, perante V.Sa., por seu representante legal, apresentar **IMPUGNAÇÃO** em face do Edital referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, o que faz com supedâneo nas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cumpre ressaltar que, nos termos edital, qualquer licitante pode impugnar o edital da licitação que pretenda participar, desde que o faça até o terceiro dia útil que anteceder a abertura da sessão pública, senão vejamos:

“3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;”

Logo, considerando que o início do certame ocorrerá no dia 27/03/2026 (sexta-feira), às 08:30 horas, torna-se imperioso concluir, nos moldes da legislação vigente, que o prazo final para apresentar a presente impugnação findar-se-á em 24/02/2026 (terça-feira). Portanto, protocolizada na data constante no registro eletrônico, resta evidente a tempestividade da presente peça.

II – DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de João Monlevade deu início ao processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de empresa para prestação dos serviços previstos em seu edital, *in verbis*:

“Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro.”

Após análise do conteúdo editalício e tendo como base:

a) Os serviços demandados pelo termo de referência sendo eles:

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. A empresa vencedora do certame deverá instalar os equipamentos e realizar os serviços de segurança eletrônica, monitoramento eletrônico dos sistemas de alarme, prestar os serviços de monitoramento remoto, manutenção e atendimento presencial de emergência em caso de sinistro em cada um dos locais estabelecidos no ITEM 8 deste Termo de Referência (TR);

b) A informação constante na categoria do termo de referência “8. DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO”, que menciona o fato de os serviços serem distribuídos em lote único:

8. DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

8.1. Os locais de instalação dos equipamentos de monitoramento eletrônico estão distribuídos conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO

c) Os princípios da Isonomia e Competitividade, presentes na lei 14.133/2021:

“II – Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição. (Lei nº 14.133/2021, art. 11, inciso II)”.

“É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos (...): a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório (...)” (Lei nº 14.133/2021, art. 9º, inciso I)”

Vimos, pelo presente documento e de forma respeitosa, realizar **a solicitação de separação dos serviços em lotes**, pelos motivos abaixo expostos:

III – DO DIREITO

1. Da Obrigatoriedade do Parcelamento do Objeto – Violação ao Art. 47 da Lei nº 14.133/2021

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, de forma inequívoca, o dever de parcelamento do objeto como regra geral nas contratações públicas, ao dispor:

"Art. 47. As contratações de bens e serviços deverão ser divididas em parcelas, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade, sem perda de economia de escala."

A interpretação sistemática do dispositivo conduz à conclusão de que a adoção de lote único configura exceção ao regramento geral, admitida apenas quando demonstrada, de forma robusta e objetiva, a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento. Não basta mera afirmação genérica: exige-se fundamentação concreta, calcada em dados técnicos e econômicos comprováveis.

A exigência é reforçada pelo art. 18, § 1º, inciso VIII, da mesma Lei, que impõe ao Estudo Técnico Preliminar a obrigação de conter "justificativas para o parcelamento ou não da contratação". Trata-se de requisito substancial, cuja insuficiência compromete a validade do planejamento da contratação.

No caso em exame, a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar para a adoção do lote único limita-se a afirmações genéricas, sem qualquer análise comparativa entre os cenários de contratação global versus parcelada, sem demonstração de risco à integração dos sistemas, e sem projeção de perda de economicidade decorrente do fracionamento. Tal lacuna evidencia flagrante fragilidade no planejamento da contratação.

2. Da Autonomia Técnica dos Serviços – Viabilidade Fática do Parcelamento

Os serviços objeto desta licitação possuem natureza técnica distinta e são ordinariamente prestados por segmentos de mercado independentes. A realidade do setor de segurança eletrônica demonstra que:

(i) Sistemas de CFTV: demandam profissionais especializados em instalação de câmeras, cabeamento estruturado, configuração de gravadores digitais (DVR/NVR) e softwares de gerenciamento de vídeo. O mercado conta com inúmeras empresas especializadas exclusivamente nesse segmento;

(ii) Sistemas de alarme e sensores de presença: configuram tecnologia distinta, com protocolos de comunicação próprios, requerendo expertise específica em centrais de alarme, sensores tipo infravermelho, dispositivos de acionamento e comunicação com centrais de monitoramento;

(iii) Monitoramento remoto 24 horas: constitui atividade de serviço continuado, que pode ser prestada por empresa especializada em central de monitoramento, independentemente de ser a mesma que realizou a instalação dos equipamentos.

A reunião forçada dessas três atividades em lote único, sem justificativa técnica substancial, cria uma barreira artificial à entrada de competidores especializados, excluindo do certame empresas plenamente aptas a executar um ou dois dos serviços de forma excelente, mas que não operam nos três segmentos simultaneamente.

IV - DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE – ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021

O princípio da competitividade, expressamente consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, impõe à Administração o dever de estruturar o certame de modo a ampliar, e não restringir, a participação de interessados. Trata-se de desdobramento dos princípios constitucionais da isonomia (art. 5º, caput, CF/88) e da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF/88).

A doutrina administrativista é uníssona ao reconhecer que a indevida agregação de objetos distintos em lote único constitui forma indireta de restrição à competição. O estreitamento artificial do universo de licitantes potenciais importa, indiretamente, em favorecimento àquelas empresas com maior capacidade operacional e financeira, em detrimento das empresas especializadas, geralmente de menor porte, mas igualmente capazes de executar com excelência parcelas individuais do objeto.

A esse respeito, destaca-se a lição de Marçal Justen Filho, para quem "*a licitação deve ser estruturada de modo a ampliar a disputa, sendo vedada a adoção de critérios e condições que resultem em restrição injustificada ao universo de licitantes*" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 18ª ed. São Paulo: RT, 2023).

V- DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado e reiterado no sentido de que a adoção de lote único, sem motivação técnica adequada, constitui irregularidade passível de correção. Destacam-se os seguintes precedentes:

Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário/TCU: assentou que a Administração deve promover o parcelamento do objeto sempre que possível, sob pena de comprometer a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa;

Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário/TCU: consignou que a reunião indevida de itens em lote único somente se justifica mediante fundamentação técnica consistente, não sendo suficientes alegações genéricas de conveniência administrativa;

VI - DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE E DO DEVER DE EFICIÊNCIA

O art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas devem ser orientadas pelo objetivo de "promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a justa remuneração". O art. 5º da mesma Lei eleva a economicidade ao patamar de princípio fundamental das licitações.

A manutenção do lote único, ao reduzir o universo de competidores, compromete diretamente a economicidade da contratação. A menor disputa implica menor pressão competitiva sobre os preços, o que tende a resultar em propostas menos vantajosas para a Administração. A separação em lotes distintos, por outro lado, permitiria a participação de empresas especializadas em cada segmento, que naturalmente operam com custos mais baixos e eficiência maior em suas áreas de expertise.

Nesse sentido, o próprio Edital, em seu item 20.21, reconhece que "as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados". A não adoção do parcelamento vai de encontro ao espírito do próprio instrumento convocatório.

VII - DA NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO ADEQUADA – PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA

O art. 50 da Lei Federal nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo), aplicável subsidiariamente às licitações, exige que os atos administrativos com repercussão sobre interesses de terceiros sejam devidamente motivados. A decisão de não parcelar o objeto de uma licitação, por sua relevância e impacto sobre a competitividade, exige motivação especialmente robusta.

O art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, ao exigir que o Estudo Técnico Preliminar contenha "justificativas para o parcelamento ou não da contratação", materializou, no âmbito licitatório, esse dever geral de motivação. A justificativa apresentada nos autos, por sua generalidade e ausência de dados concretos, não satisfaz essa exigência legal.

VIII - DA PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO POR LOTES – VIABILIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

A Impugnante propõe, como medida de correção do instrumento convocatório, a estruturação do objeto em, ao menos, três lotes independentes, que podem ser ofertados individualmente ou em conjunto, conforme a capacidade de cada licitante:

Lote 1: Fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de videomonitoramento (CFTV), incluindo câmeras, gravadores, cabeamento e softwares de gerenciamento;

Lote 2: Fornecimento, instalação e manutenção de sistemas de alarme, sensores de presença e centrais de alarme;

Lote 3: Monitoramento eletrônico remoto 24 horas, com equipe de plantão para atendimento em caso de sinistro.

Essa estruturação ampliaria significativamente o universo de competidores, aumentando a pressão competitiva sobre os preços e favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, em plena conformidade com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência.

Ressalta-se que, para fins de integração operacional dos sistemas, seria perfeitamente possível exigir do licitante vencedor do Lote 3 (monitoramento) a compatibilidade técnica com os equipamentos instalados nos Lotes 1 e 2, prevendo-se, ainda, a obrigação de cooperação técnica entre os contratados. Esse mecanismo asseguraria a integração funcional dos sistemas sem a necessidade de concentrar todos os serviços em um único fornecedor.

VIX – DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE E RISCO À ECONOMICIDADE

Em meio ao exame do edital e de seus anexos, causa preocupação que a Administração, ao invés de fomentar a ampla participação, tenha optado por estruturar o certame de forma potencialmente restritiva, sem que uma densa e detalhada justificativa fosse demonstrada.

Nesse sentido, é de se ponderar que, ao reduzir o universo de competidores, o Poder Público não apenas limita a disputa, como também aumenta o risco de contratação por preços exorbitantemente superiores aos praticados em ambiente concorrencial mais amplo.

Cumprе ressaltar que a presente impugnação não possui caráter meramente formal ou protelatório, mas busca, em verdade, contribuir para o aprimoramento do certame, de modo a assegurar que a Administração alcance sua finalidade precípua: a seleção da proposta mais vantajosa, com observância dos princípios da legalidade, competitividade e economicidade.

VII – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a Impugnante:

- a) O conhecimento e o integral provimento da presente impugnação;
- b) A imediata suspensão do certame, até a efetiva correção do instrumento convocatório;
- c) A revisão do Edital e do Termo de Referência, com a divisão do objeto em lotes, conforme estrutura proposta no item 7 das razões acima expostas:

Lote 1: Fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de videomonitoramento (CFTV);

Lote 2: Fornecimento, instalação e manutenção de sistemas de alarme e sensores de presença;

Lote 3: Monitoramento eletrônico remoto 24 horas, com equipe de plantão para atendimento em caso de sinistro;

d) A republicação do instrumento convocatório corrigido, com a redesignação da data da sessão pública, assegurando-se prazo hábil para a apresentação de propostas na nova formatação;

e) Seja consignado nos autos o recebimento da presente impugnação e dada ciência à Impugnante acerca da decisão proferida, no prazo legal de 03 (três) dias úteis, nos termos do item 3.1 do Edital e do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

A manutenção do edital nos moldes atuais, sem a devida correção, poderá macular o certame de vício de legalidade, com potenciais repercussões futuras perante os órgãos de controle externo, o que certamente não se coaduna com o elevado padrão técnico esperado da Administração Municipal de João Monlevade.

Pede-se deferimento.

Itabira, 23 de março de 2026.

COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Brenda Monteiro
Representante Legal